



CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE GRAMATICAL E PURISMO NA DÉCADA
DE 1920
(CRITERIA OF A GRAMMATICAL ACCEPTABILITY AND PURISM IN THE
TWENTIES)

Beatriz CHRISTINO (Universidade de São Paulo)

ABSTRACT: *The research aimed at ascertaining the importance of arguments of a linguistic nature, when judging language data provided by 'purists'. Taking into account articles published in 1925 in three magazines, it became evident that the use of such arguments have a striking effect when associated with non-linguistic arguments.*

KEYWORDS: *Linguistic historiography; language purism*

0. Defesa da 'pureza' lingüística: questão de retórica?

Geralmente, os 'puristas' da década de 1920 são associados a argumentos de caráter emocional, com destaque para o nacionalismo. Apesar de relacionarem a defesa do idioma à defesa da nação em editoriais e textos de natureza retórica, como em Freire (1920), utilizavam-se de argumentos de natureza lingüística no julgamento de dados concretos de língua. A presente pesquisa buscou reconhecer o peso de tais argumentos entre os critérios utilizados para decidir da legitimidade ou não de formas lingüísticas.

O levantamento de tais critérios indica elementos do método seguido por esses estudiosos, não condicionado exclusivamente por seus juízos de valor.

1. Metodologia:

A análise teve por objeto material de estudo 73 artigos, dos periódicos *Brasiliiana* (Rio de Janeiro, não-corrente: 1925-1927; n.º 1 e 3, jan. e jul. 1925), *Revista de Filologia Portuguesa* (São Paulo, não-corrente: 1925-1926; n.º 13-17, jan.-maio 1925) e *Revista de Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, não-corrente: 1919-1929; n.º 33-36, jan./mar./maio/jul. 1925).

Para identificar os critérios de aceitabilidade presentes nesses artigos, separaram-se os textos que abordavam a questão da legitimidade de formas lingüísticas. Em um segundo momento, esse grupo foi analisado quanto ao tipo de argumentação empregada nos julgamentos de aceitabilidade gramatical: argumentação interna (relacionada à gramática da língua), argumentação externa (não relacionada à gramática da língua) e argumentação interna/externa.

O mesmo parâmetro de análise foi aplicado aos artigos que abordavam quatro temas específicos: galicismos, brasileirismos, arcaísmos e neologismos. Com isso, pôde-se reconhecer relações entre os critérios de pertinência adotados e o tipo de problema em foco.



2. Estratégias de argumentação nos artigos analisados

De um total de 73 artigos, 35 relacionavam-se à questão da pertinência/não-pertinência de formas lingüísticas (47,94%). Nestes, a argumentação de tipo interna/externa predominou (60% dos casos), seguida pela externa (38%), enquanto a de natureza interna esteve restrita ao artigo de Pires (1925). Percebe-se, desse modo, que a estratégia preferencial nos julgamentos de aceitabilidade consiste na combinação de argumentos não-lingüísticos e lingüísticos, evidenciando a importância dos últimos.

Entre as estratégias lingüísticas de argumentação, predominaram as avaliações de caráter morfológico, com destaque para as regras de composição e derivação. Apesar disso, argumentos sintáticos, a exemplo de Barreto (1925), serviram para julgar construções, em problemas como os de regência nominal e verbal e de colocação pronominal. Em outros artigos, a estrutura fônica dos vocábulos foi levada em consideração, convertendo-se em elemento privilegiado da argumentação, caso de Lopes (1925). Dá-se algo semelhante no texto que enxerga a forma "intrincado" como resultado do

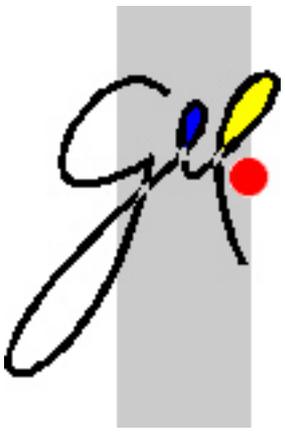
nasalamento por influência da 'prolação de som nasal anterior' (Rizzo 1925:66)

De maneira geral, os argumentos de natureza lingüística representam condição necessária, mas não suficiente, para condenar ou absolver construções lingüísticas. Via de regra, um termo ou construção inatacável do ponto de vista da gramática da língua perde grande parte do prestígio quando não se encontra abonado pelos 'clássicos'.

Nos artigos envolvendo galicismos, brasileirismos, arcaísmos e neologismos a tendência por priorizar justificativas de natureza interna/externa e/ou externa se repetiu. Os resultados do levantamento associando "tipo de argumentação" e "questão" foram sintetizados na tabela abaixo:

Tabela I: Tipo de argumentação, por questão:

Questão	Tipo de Argumentação	N.º de artigos	Porcentagem
Galicismos	Interna	1	7,7%
	Externa	8	62%
	Interna/Externa	4	30,7%
Brasileirismos	Interna	0	0%
	Externa	5	50%
	Interna/Externa	5	50%
Arcaísmos	Interna	0	0%
	Externa	4	100%
	Interna/Externa	0	0%
Neologismos	Interna	0	0%
	Externa	1	20%
	Interna/Externa	4	80%



A argumentação de natureza externa predominou nas discussões acerca de galicismos e arcaísmos. De fato, a adequação à gramática portuguesa não se mostra tão relevante nesses casos. Construções e termos importados, os primeiros afiguram-se, de antemão, destituídos do 'gênio' da língua, enquanto os segundos certamente o possuem, uma vez que já estiveram em uso no idioma. Exaltadores da linguagem dos clássicos, os 'puristas' da década de 1920 assumem uma postura ambígua em face dos arcaísmos. Enquanto consideram viciosas certas formas arcaicas, vêem como um serviço à língua a revitalização de outras. A 'necessidade' mostra-se um dos critérios principais na seleção das expressões a serem (re)introduzidas na norma contemporânea. Sendo assim, Rui Barbosa condena como arcaísmo, na célebre *Réplica*, o emprego de "interrupção feita":

Quando toda a gente diz *realizar, operar, efetuar, consummar, abrir a interrupção*, não vejo que adeantemos desprezando todas essas formas, simplesmente para as trocar na do uso affonsino. [referindo-se às *Ordenações Afonsinas*, único texto de que Carneiro Ribeiro se valera para abonar a construção] (Barbosa 1925a:34).

Com relação às formas lingüísticas de origem francesa, o cerne do julgamento de legitimidade passa a ser a 'necessidade' (inexistência de termo correspondente em português) aliada ao uso na linguagem de escritores consagrados. A esses critérios soma-se a data de entrada na língua: empréstimos documentados até o século XVII são, muitas vezes, tomados como legítimos. (Para uma crítica a tal procedimento ver Ali (1925)). Isto não representa, entretanto, o abandono das preocupações de caráter especificamente lingüístico, pois, o galicismo 'necessário' deve ter sua forma modificada, de maneira a respeitar a 'índole' do idioma, antes de sua entrada definitiva no português. Além disso, para afirmar a vernaculidade de determinadas construções, em que não haveria interferência de idiomas estrangeiros, apelava-se para a proximidade entre nossa língua e a francesa. Derivadas da mesma fonte, construções comuns poderiam significar simplesmente desenvolvimentos paralelos e independentes de tendências românicas. Nunes (1925a) redime, fundamentado nessa justificativa, a locução verbal 'vir + de + infinitivo', como equivalente de 'acabar de', tachada por muitos de galicismo.

No tocante aos brasileirismos, as argumentações interna/externa e externa compareceram em igual proporção. A escolha por uma ou outra estratégia liga-se à questão focalizada. Alguns artigos buscam confirmar se determinado termo ou construção é conhecido somente no Brasil (ou seja, pautam-se sobre a oposição "brasilismo" x "não-brasilismo"). Nesses casos, o autor geralmente pesquisa a forma lingüística em escritores brasileiros e portugueses. Não a localizando nos textos europeus, postula a existência de um brasileirismo, a exemplo de Pinto (1925) e Daupíás (1925). Contraindo-se a essa estratégia de natureza extra-lingüística, na avaliação da aceitabilidade de determinadas particularidades nacionais (pautada na oposição "legítimo" x "não-legítimo") tornam-se cruciais as referências aos mecanismos



da língua. Assim, a condenação do emprego de "eles/elas" como objeto direto funda-se, sobretudo, no caráter 'essencialmente subjetivo' desses pronomes. O 'gênio' da língua rejeitaria sua utilização 'objetiva', apesar da frequência desta forma na fala brasileira, conforme reconhece Nunes (1925b).

Os neologismos correspondem à questão em que fica mais patente a associação de argumentos lingüísticos e não-lingüísticos (a argumentação interna/externa chegou nesse caso a 80%, superando os 60% do levantamento geral). A combinação dos argumentos das duas naturezas deve-se às condições necessárias para a legitimação dos termos novos: a adequação aos mecanismos da língua ('boa formação') e a 'necessidade'. Um exemplo característico encontra-se no artigo em que o médico Leonídio Ribeiro defende a adoção dos termos técnicos, de sua criação, "cholelithiatico" e "nephrolithiatico":

(...) esses dois neologismos utilísimos e indispensáveis, legítimos ambos no que diz respeito ao seu étymo (...) (Ribeiro 1925:113)

Realmente, é fundamental para a legitimação de um neologismo que as duas condições ('necessidade' e 'boa formação') sejam satisfeitas. Rui Barbosa (1925b) rejeita "autoral", apesar de reconhecê-lo como 'bem formado', por considerá-lo 'supérfluo' em face da locução "de autor".

3. A importância dos argumentos lingüísticos nos julgamentos realizados pelos 'puristas' na década de 1920

Como pudemos verificar, embora os argumentos de natureza lingüística, isoladamente, não desempenhem papel relevante, associados a critérios extra-lingüísticos correspondem à estratégia preferencial de argumentação nos artigos analisados. De forma geral, a legitimidade de uma forma lingüística, nos casos considerados, fundamenta-se sobre um tripé: o respeito aos mecanismos da língua, a 'necessidade' e a sanção da tradição literária. Base da maior parte dos julgamentos, a adoção desses critérios indica que a adequação à gramática do idioma, se não representa condição suficiente, ao menos surge como condição necessária, para assegurar a pertinência de dados de língua. Dessa maneira, percebe-se que os 'puristas' afastaram-se de uma postura exclusiva ou predominantemente emocional/ nacionalista em seus julgamentos de aceitabilidade gramatical.

RESUMO: A pesquisa procurou constatar a importância dos argumentos de natureza lingüística nos julgamentos de dados de língua realizados por 'puristas'. Considerando artigos publicados em 1925 de três revistas, verificou-se que o emprego de argumentos dessa natureza desempenhou papel de destaque, quando associado a argumentos não-lingüísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia lingüística; purismo lingüístico



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Manuel Said. Montar e remontar. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 13, p. 13-19, jan. 1925.
- BARBOSA, Rui. Réplica. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 25-38, jan. 1925a.
- Réplica. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 21-34, mar. 1925.
- BARRETO, Mário. Através do dicionário e da gramática (Caixa do Correio). *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 17, p. 63-73, maio 1925.
- DAUPIÁS, Jorge Guimarães. Farfalheiras vocabulares (Registro sem valor) III. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 17, p. 57-62, maio 1925.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Combates sem sangue em favor da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1946.
- FREIRE, Laudelino. A defesa da língua nacional. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 11-34, maio 1920.
- JERNUDD, Björn H. e SHAPIRO, Michael J. (eds.). *The politics of language purism*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1989.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- LOPES, David. Vocábulo intruso no léxico português: almogaure. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 15 e 16, p. 213-214, mar./abr. 1925.
- NUNES, José de Sá. "Venho de falar" ou "acabo de falar"? *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 9-20, mar. 1925a.
- Consultório de advocacia gramatical. *Brasiliiana*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 65-74, jul. 1925b.
- PINTO, Pedro Augusto. Notas de linguagem portuguesa - Termos e expressões III. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 13, p. 49-54, jan. 1925.
- PIRES, Júlio. Consultas. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 65-72, jul. 1925.
- RIBEIRO, Leonídio. Neologismos médicos. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 111-114, jan. 1925.
- RIZZO, José. Nótulas filológicas. *Revista de Filologia Portuguesa*, n. 13, p. 65-67, jan. 1925.